
PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

ARCHAEOLOGICAL PRACTICE AND HERITAGE EDUCATION: DOSSIER PRESENTATION

Andreia Martins Torres

<andreamartorres@gmail.com>

Doutoranda em História e Arqueologia, área de concentração em Antropologia da América,
Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

Pesquisadora do CHAM-Centro de Humanidades, FCSH-UNL e UAç.

<http://lattes.cnpq.br/6455336151807440>



INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a prática arqueológica e os debates que cada novo achado suscitava circunscreviam-se a um círculo de intelectuais e ao âmbito acadêmico, situação que se manteve durante todo o séc. XIX e grande parte do séc. XX. Nesse sentido, as ações desenvolviam-se à margem da sociedade, dos seus interesses e desejos, excluindo-a do processo de construção dos conhecimentos associados aos objetos ou sítios escavados por curiosos e mais tarde, com a profissionalização da disciplina, por arqueólogos.

A produção dos intelectuais expressava-se num discurso especializado, alheio e ininteligível para a maior parte dos cidadãos que não pertenciam à referida elite. Ainda assim, ele serviu de base para a construção de narrativas que davam forma a um imaginário sobre a identidade nacional através de supostas provas materiais recuperadas pela arqueologia. Geralmente, elas fundavam-se na ideia de um passado glorioso comum e, não raras vezes, omitiam as singularidades regionais e étnicas dos grupos que conformavam os novos Estados-Nação, provocando tensões que ainda hoje não foram plenamente solucionadas, como o demonstram alguns dos textos submetidos a este dossiê.

Não é demais recordar as palavras de Néstor García Canclini a respeito da incorporação desigual dos diferentes grupos sociais na formação do patrimônio e dos sucessivos imaginários discursivos sobre a nação. O autor coloca assim em evidência a atualidade de um problema antigo, que consiste basicamente num desequilíbrio de poderes e das possibilidades de agência conferidas a cada pessoa/coletivo neste âmbito:

[...] Esta variada capacidade de relacionamento com o patrimônio se origina, primeiro, da participação desigual dos grupos sociais em sua formação. Mesmo

nos países em que a legislação e os discursos oficiais adotam a noção antropológica de cultura, que confere legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social existe uma hierarquia dos capitais culturais: vale mais a arte do que os artesanatos, a medicina científica que a popular, a cultura escrita que a oral (CANCLINI, 1994, p. 96).

Tal conjuntura justifica-se, em parte, pela forte vinculação entre os órgãos políticos e o financiamento de pesquisas particulares ou das instituições junto das quais passaram a desenvolver-se, nomeadamente de museus e universidades. Foi aí onde emergiu a arqueologia enquanto disciplina com métodos próprios e onde se guardavam e/ou expunham os achados para dar-se a conhecer aos olhares da população, ou seja, onde esta era educada e instruída em tais questões. Não é portanto casual que alguns museus tenham surgido ou se associado a unidades de pesquisa universitária.

Cabe destacar que a relação ancestral entre museus e educação patrimonial previve até aos dias de hoje, ainda que o seu carácter tenha evoluído e culminado na criação de serviços educativos próprios (ALENCAR, 1987, p. 13). Não obstante, essa aproximação ocasionou distorções, uma vez que as relações de poder instaladas desde o organograma institucional provocaram que essas práticas educativas transmitissem apenas a perspectiva dos grupos dominantes. Foram eles que selecionaram as peças expostas e as histórias que pretendiam contar acerca delas, exaltando um capital simbólico próprio e silenciando a voz de outros sectores da população. De facto, tais desequilíbrios instalaram-se inclusive na relação entre o "cientista" e o "cidadão comum". Enquanto o primeiro se assumia como o detentor e mediador do saber, o segundo era entendido simplesmente como sujeito passivo que buscava a ilustração nestes "santuários" devotados ao conhecimento.

Embora progressivamente os museus se tenham aberto à percepção de "leigos", durante muito tempo o discurso museológico não concedeu aos visitantes qualquer poder de agencia sobre os materiais expostos. De facto, só com dificuldade logravam rever-se em peças que representavam tecnologias e modos de vida completamente alheios aos que possuíam no seu dia a dia.

Foi apenas em 1986, com o Primeiro Congresso Mundial de Arqueologia, em Southampton (Inglaterra) que os pesquisadores voltaram a sua atenção para os temas relacionados com a difusão e a educação de maneira mais contundente, provocando também o interesse de educadores por este campo de estudo. Embora existissem iniciativas educativas anteriores vinculadas à cultura, nomeadamente no Brasil (FONSECA, 1996, p. 157, CHAGAS, 2004,

p. 144), no país o termo é inaugurado em 1983, durante o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, no Museu Imperial de Petrópolis - Rio de Janeiro, inspirando-se na *heritage education* (HORTA, 2005, p. 220-233). Por então, aspirava-se incorporar a cultura material às práticas de ensino entendendo os objetos como entidades capazes de refletir aspectos do passado de uma sociedade.

Desde então, este campo vem evoluindo para dar resposta a necessidades e inquietudes renovadas que demandaram uma participação cada vez mais ativa da população nos processos de apropriação desses materiais. De ser entendidos como simples registros de um tempo anterior, eles passaram a desempenhar um papel ativo no presente.

Do mesmo modo, verifica-se uma reivindicação crescente por um maior equilíbrio e representatividade social na formação das narrativas patrimoniais relacionadas a bens arqueológicos. Ante o enorme potencial econômico, político e simbólico do patrimônio, a educação constitui um campo de reflexão frutífero para a construção de uma sociedade plural onde possam ter lugar múltiplas vozes, seja ela praticada no interior dos museus ou associada ao trabalho de campo arqueológico (BRUNO, 1999).

Relativamente a esse tema, não é demais recordar que o caso brasileiro reveste-se de particularidades especiais, ao instituir a obrigatoriedade de realizar trabalhos de educação patrimonial como parte integrante de qualquer projeto arqueológico que decorra no âmbito do licenciamento, desde 2002. Recentemente, com a publicação Portaria Interministerial nº60, de 24 de março de 2015 e a Instrução Normativa nº001, de 25 de março de 2015, procurou-se avançar um pouco mais nas questões teóricas e metodológicas, estabelecendo maiores exigências para a realização desses projetos educativos.

Por tudo o que foi referido anteriormente é imprescindível repensar permanentemente sobre as estratégias e caminhos que se deverão percorrer no futuro nesta matéria.

O DOSSIÊ: UMA PLATAFORMA PARA A DISCUSSÃO INTERNACIONAL

O presente dossiê, constituiu um desafio à criação de uma plataforma para refletir sobre o tema na atualidade desde uma perspectiva ampla, capaz de agregar contribuições de arqueólogos de diferentes países que vêm integrando práticas educativas aos seus trabalhos. O objetivo foi perceber o que esses profissionais consideram por educação patrimonial, de que

maneira os marcos legais definidos em cada um desses países relativamente a esta matéria condicionam as modalidades adoptadas e as relações que a disciplina mantém entre a formação de conhecimentos, o ensino e a aprendizagem do património arqueológico.

No que concerne ao primeiro ponto, cabe destacar que o uso do termo "educação patrimonial" constituiu uma provocação ao debate conceptual, uma vez que o emprego desta terminologia apresenta algumas problemáticas que já foram apontadas em diversas ocasiões por outros autores. No Brasil, esta expressão encontra-se amplamente popularizada embora na realidade represente uma sobreposição de ideias, uma vez que toda a educação é, em si mesma, um ato cultural e, portanto, intimamente associado ao património:

[...] a educação é uma prática socio-cultural. Nesse sentido é que se pode falar no carácter indissociável da educação e da cultura ou ainda na inseparabilidade entre educação e património. Não há hipótese de se pensar e de se praticar a educação fora do campo do património ou pelo menos de um determinado entendimento de património. Por este prisma, a expressão "educação patrimonial" constituiria uma redundância, seria o mesmo que falar em "educação educacional" ou "educação cultural" (CHAGAS, 2006, p. 4)

Do mesmo modo, no contexto nacional as ações educativas em arqueologia têm sido entendidas como parte integrante da arqueologia pública, ou seja, da relação da arqueologia com a sociedade. Sobre este tema são uma referência incontornável os trabalhos de Maria Cristina Bruno (1995), Marília Xavier Curi (2005), Leilane Patrícia de Lima (2015), Márcia Bezerra (2002), Carla Gibertoni Carneiro (2009) e Camila Moraes Wichers (2010, 2015). As autoras vêm desenvolvendo pesquisas em diferentes ramos da educação em arqueologia, sobretudo vinculadas a escolas e museus. Em alguns casos os trabalhos se associam igualmente à arqueologia de contrato, no seio da qual muitas delas trabalharam e cuja atividade produz hoje uma enorme quantidade de acervo custodiado por diversas instituições públicas reconhecidas. Esta realidade é muito distinta à que encontramos em outros países, por isso se torna tão importante comparar experiências.

A ESTRUTURA DO DOSSIÊ

Neste dossiê foi possível reunir contribuições desde o Brasil, México, Portugal e Espanha. A convocatória publicada alentava os arqueólogos a enviar propostas de carácter teórico mas também experimental, que expusessem algumas iniciativas desenvolvidas no campo, em escolas, em museus ou na elaboração de guias educativos para professores e alunos. No entanto,

a quase totalidade dos textos recebidos constituem relatos de experiência, facto que reflete o processo mediante o qual se têm desenvolvido as ações educativas relacionadas com a arqueologia e como estas se vêm aprimorando.

O texto de Alejandro Egea, Laura Arias e Sara Pernas reflete sobre o peso da crise econômica na arqueologia espanhola, país onde a maior parte das intervenções são levadas a cabo pelo setor privado, associadas a grandes obras públicas e privadas. Num contexto de redução do investimento público e colapso do sector bancário que financiou durante muito tempo o crescimento imobiliário, os arqueólogos enfrentam novos desafios. Sem que a legislação deste país imponha qualquer necessidade de realizar ações educativas, os autores demonstram a sua preocupação pela falta de investimento no sector cultural, bem como por uma visão negativa do trabalho arqueológico. Assim defendem a necessidade refletir sobre a disciplina e o seu papel na formação da sociedade, propondo um modelo na qual a cultura se vincule a uma cidadania mais ativa e formada. Nesse âmbito, propõem a introdução do método arqueológico como enfoque didático na educação não universitária, assim como a formação de educadores na universidade, superando a arqueologia meramente conceptual e procedimental.

Um segundo artigo que aborda questões de carácter teórico, embora com um enfoque essencialmente prático e baseado no relato de experiência, é o texto de Suely de Luna. Ele reclama a necessidade de descolonizar as práticas socioeducativas na arqueologia, enfocando-se no desenvolvimento das narrativas acerca da história do Brasil e na maneira como elas se articularam com os trabalhos e discursos da arqueologia. Através de uma análise diacrónica desde o séc. XIX até à atualidade, a autora tratou de resgatar como as elites do país criaram uma ideia de povo e de nação que não contempla a diversidade étnica da população. Embora este tema já tenha sido abordado no campo da historiografia e inclusive na arqueologia, o artigo constitui uma contribuição relevante ao apresentar uma proposta educativa que visa desconstruir essas ideias. O método proposto baseia-se em jogos didáticos implementados em sala de aula e que versam sobre os conceitos de história, memória, identidade, cultura, património e arqueologia.

No campo da arqueologia terrestre destacam-se duas contribuições portuguesas focadas na educação patrimonial em sítios musealizados. Importa recordar que neste país a atividade empresarial na área não contempla a necessidade de fazer qualquer ação educativa e que são os museus públicos e os centros de interpretação que têm vindo a desempenhar este papel.

O texto de Alexandra Figueiredo e Walderez Berezowski centra-se no complexo megalítico do Rego da Murta (Portugal) e discorre acerca das atividades de educação patrimonial

na comunidade local. Elas tiveram por objetivo promover a proteção desses vestígios mediante a consciencialização e valorização do patrimônio, entendido aqui enquanto evidência cultural. A proposta adoptada foi que a população se reconhecesse nesses sítios, considerando-os evidências do seu passado e apropriando-se dos mesmos no momento presente. Para o efeito utilizaram-se os bens culturais como agentes de conhecimento, possibilitando um diálogo recursivo entre as pessoas e os materiais que incidu sobre questões tão diversas como a vida humana, as relações históricas, comunitárias, afectivas e pessoais.

O artigo de Lídia Fernandes incide sobre o Museu de Lisboa - Teatro Romano e nas opções pedagógicas adoptadas pelo programa de museologia implementado recentemente. Ele implicou grandes adequações à infraestrutura do museu para possibilitar uma maior proximidade entre as estruturas arqueológicas e o visitante. O objetivo foi evidenciar a complexidade do registo arqueológico naquele sítio, onde se encontraram vestígios do séc. VIII a.C. até à atualidade, bem como as particularidades da prática arqueológica em contextos urbanos.

A autora começa por apresentar a diacronia dos trabalhos arqueológicos no Teatro Romano, descoberto em 1798, sobretudo as diversas campanhas que tiveram lugar depois da fundação do museu no ano de 2001. A complexidade e sobreposição de estruturas nesse espaço revelaram a longa ocupação da zona mas, simultaneamente, exigiram a adopção de estratégias que facilitassem a sua percepção por parte dos visitantes. Por isso, este texto constitui uma importante reflexão sobre os processos de tornar visíveis ou invisíveis determinados vestígios do passado. Sem que tais ações se prendam com motivações de carácter político, a musealização da arqueologia coloca novos desafios, especialmente difíceis em contexto urbanos onde a ação humana ocorreu de maneira praticamente ininterrupta e intensiva ao longo de séculos. Antes de concluir a autora passa a enumerar um conjunto de ações educativas promovidas nos últimos anos e que visa a apropriação do espaço por parte dos cidadãos. É nessas atividades que a cidade se revela, no seu passado e presente.

No campo da arqueologia subaquática foram aceites três artigos. O trabalho de Jorge Freire apresenta algumas estratégias de socialização e educação desenvolvidas em dois casos em que atuou no âmbito das suas funções de divulgação do patrimônio cultural subaquático na Câmara de Cascais, em Portugal. Associadas a um plano de gestão integrada do patrimônio costeiro desse município, colocam-se em prática diversas ações que tiveram em consideração as diretrizes da UNESCO relativamente ao patrimônio subaquático e a educação, demonstrando a articulação entre instituições públicas locais e organismos internacionais.

O princípio orientador do seu trabalho foi o conceito de paisagem cultural marítima e a teoria do "ator em rede" postulada por Bruno Latour para questionar a identidade do presente através de releituras do passado. De modo geral, as iniciativas contemplaram a fruição dos vestígios no local onde foram encontrados e ações educativas vinculadas ao Museu do Mar desde uma perspectiva multidisciplinar que apelava à experiência sensorial. Antes de finalizar o autor tece ainda algumas considerações acerca dos resultados, a modo de auto-avaliação.

O texto de Roberto Junco e Silvina Vigliani constitui um relato de experiência no "Nevado de Toluca", no México. Neste país toda a atividade arqueológica é desenvolvida no seio de instituições públicas, sendo ao Instituto Nacional de Historia e Antropología (INAH), e particularmente a alguns dos seus departamentos, que compete gerir todas as intervenções arqueológicas. Por isso os autores defendem um compromisso mais ativo por parte dos profissionais vinculados ao INAH por uma educação patrimonial que tome em consideração os interesses da população onde se realiza esses trabalhos. Na sua opinião, essas ações constituem uma importante via para superar alguns problemas que vem enfrentando a arqueologia mexicana. Uma das questões assinaladas é a falta de relevância concedida pela população aos vestígios não monumentais e que tradicionalmente não foram objeto de processos de musealização, provocando o seu abandono e pilhagens descontroladas. Mas talvez o que mais destaca neste artigo é o enorme esforço de construir um conhecimento em conjunto com as comunidades indígenas e superar uma visão uniforme da identidade nacional. Neste sentido ele intercepta-se com as demandas planteadas no artigo e Suely Luna para o caso brasileiro embora as suas estratégias na área se centrem fundamentalmente na maneira de conduzir as escavações em estreita colaboração com a população e não tanto nas opções adoptadas nas ações educativas. Nesse âmbito específico, deu-se prioridade à democratização do conhecimento, desenhando um plano de divulgação dos resultados que permitiu superar o âmbito estritamente acadêmico no qual tem submergido a arqueologia e incluir a população. No entanto, os autores finalizam com algumas considerações acerca das dificuldades com que se depararam e que resultam sumamente interessantes para todos aqueles que tenham pensado trabalhar junto de comunidades indígenas, seja praticando uma arqueologia etnográfica ou uma etnografia arqueológica.

Para fechar o dossiê, decidimos terminar com o texto de Catarina Garcia sobre os parques arqueológicos subaquáticos do Arquipélago do Açores, Portugal. Ele apresenta todo o processo de construção de um sítio na internet sobre os Parques Arqueológicos Subaquáticos de Angra (PASA) destinado ao público mais jovem, enunciando os objetivos e as dificuldades de trabalhar neste tipo de plataforma sobre questões da arqueologia e, particularmente da

arqueologia subaquática. Além do relato de experiência, a autora avalia o impacto dessa iniciativa ao longo de mais de 10 anos, na Região Autónoma do Açores e no público em geral. Assim destaca o carácter pioneiro e isolado de um programa que contribuiu à salvaguarda dos bens arqueológicos na referida baía e que travou a implementação de grandes obras que poderiam ter afectado de maneira irreversível o património. Na sua opinião, o balance revela a necessidade de uma maior divulgação da iniciativa e a multiplicação de ações semelhantes.

De maneira geral, os trabalhos deste dossiê revelam problemas e desafios quotidianos relacionadas com a prática arqueológica, demonstrando o impacto da sua ação na vida social. É essa tomada de consciência que leva os profissionais a considerar questões tão relevantes como a representatividade social no discurso arqueológico, as distorções nas narrativas do passado decorrentes de relações de poder desiguais, ou de que maneira as políticas e conjunturas económicas afetam a percepção da população acerca da arqueologia. Do mesmo modo, isso leva-os a desenhar estratégias para a construção e fruição de conhecimentos associados ao património arqueológico mais acordes com as necessidades da sociedade contemporânea e é nesse âmbito que têm voltado a sua atenção sobre os aspectos relaciones com as práticas educacionais em arqueologia.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Vera Maria. *Museu-Educação: se faz caminho ao andar....* Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1987.

BEZERRA, Márcia. *O australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola.* Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São, São Paulo, 2002.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema.* Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CANCLINI, Néstor Garcia. O património cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Património Histórico Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e património: tensão, devoração e adjetivação. *Património. Revista Eletrônica do Iphan*, Campinas, n. 3, Jan/Fev, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf>. Acesso em: 17 Junho de 2017.

CHAGAS, Mário. Diabruras do saci: museu, memória, educação e património. *MUSAS. Revista*

Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1., p. 135-146, 2004.

CURY, Marília Xavier. *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção*. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FONSECA, Maria Cecília. Da Modernização à Participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 153-163, 1996.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das Coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 31, p. 220-233, 2005.

LIMA, Leilane Patrícia de. *Entre os caminhos da Arqueologia Pública e da Educação: um estudo de caso a partir de uma proposta educativa para as séries iniciais do ensino fundamental em Londrina / PR*. Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORAES WICHERS, Camila. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese (Doutorado) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

MORAES WICHERS, Camila. Museus, Ações educativas e Prática Arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, n.3, p. 119-134, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/14929>>. Acesso em: 17 Junho de 2017



Prazo final de submissão no dossiê: 31 de agosto de 2016

Avaliações concluídas: 30 de junho de 2017

Aprovação: 30 de junho de 2017

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

TORRES, Andreia Martins. Apresentação do Dossiê. (Dossiê Práticas Arqueológicas e Educação Patrimonial). *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 17, N. 01, p. 10-19 de 415, jan./jun., 2017. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >